

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”

Nº 27 15/08 a 14/10 de 2023

R\$ 3,00

 [facebook/emancipacaosocialista](https://facebook.com/emancipacaosocialista)  [@emancipacaosocialista](https://www.instagram.com/emancipacaosocialista) www.emancipacaosocialista.org

10 ANOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013: QUAIS AS LIÇÕES?



2 **O JUNHO QUE FEZ O BRASIL TREMER**
Emancipação Socialista

7 **JUNHO E A ASCENSÃO DA ULTRADIREITA**
Mônica Buarque

11 **BRASIL 2013 E CHILE 2019: UMA BREVE COMPARAÇÃO**
Mauro Marques

12 **A REBELIÃO QUE ABALOU A CONCILIAÇÃO DE CLASSES**
Socialismo ou Barbárie

13 **JUNHO DE 2013: GIGANTESCO APRENDIZADO**
Dirlene Marques

14 **JUNHO, DEZ ANOS DEPOIS**
Resistência Socialista

15 **AS "JORNADAS DE JUNHO" DE 2013**
Revolução Socialista/LIS

16 **O LEGADO DE JUNHO DE 2013**
Corrente Socialista dos Trabalhadores

17 **JUNHO DE 2013 E O ASCENSO DAS LUTAS DOS DE BAIXO**
Júlio Santos

O JUNHO QUE FEZ O BRASIL TREMER

Nessa edição do Jornal “Consciência de Classe” apresentamos o presente Dossiê “os 10 anos de junho de 2013” – uma coletânea de textos de várias organizações anticapitalistas-na tentativa de contribuir para a reflexão sobre o significado daquelas mobilizações, que estão entre os maiores da história brasileira.

Como os leitores vão perceber, ainda hoje não se construiu o consenso sobre o seu significado mais geral e muito menos se o fortalecimento da extrema-direita no Brasil – e a eleição de Bolsonaro- têm relação com aqueles acontecimentos ou mesmo se as mobilizações tinham um caráter de esquerda. Enfim, é um debate em aberto e esperamos que esses textos ajudem a chegarmos em algumas conclusões.

Nesse sentido, agradecemos a colaboração de Socialismo ou Barbárie, Revolução Socialista, Corrente Socialista dos Trabalhadores e Resistência, correntes que disponibilizaram seus posicionamentos políticos sobre Junho de 2013 com artigos que podem ser lidos a seguir. Também agradecemos as contribuições individuais de Júlio Santos do Rio de Janeiro, de Dirlene Marques de Minas Gerais.

Também publicamos, como contribuição individual para os debates, os textos de nossos camaradas Mauro Marques, que contribui com um texto com breves comparações entre o junho de 2013 no Brasil e as gigantescas mobilizações do povo chileno em 2019 e Mônica Buarque, tratando sobre a relação junho, PT e a extrema-direita.

E, nós, Emancipação Socialista, fazemos uma breve narração, algumas avaliações e apresentamos algumas lições dos acontecimentos de 2013, pautados em uma conjuntura nacional e internacional que, após 10 anos, ainda levantam polêmicas e suas consequências ainda demonstram atualidade.

UMA BREVE NARRAÇÃO DE JUNHO DE 2013 PELA ESQUERDA E PELA DIREITA (SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO)

Em São Paulo, no dia 6 de Junho de 2013, houve uma passeata com cerca de 4 mil pessoas. Como um ciclone social, tivemos milhões de pessoas em protestos de rua e em centenas de cidades nas semanas seguintes. Essa onda de mobilizações, inicialmente, pautava o repúdio ao aumento das tarifas de transporte coletivo urbano e, ao mesmo tempo, discutia a proposta de ‘tarifa zero’. O principal ator das manifestações foi o MPL (Movimento Passe Livre), organizado em Porto Alegre/RS em 2005.

Com o passar das semanas, os protestos trouxeram inúmeras reivindicações com as mais variadas pautas e que refletiam as péssimas condições de vida, especialmente no espaço urbano. Cresceram de forma geométrica e, cada vez mais, se tornaram massivos e representativos.

Vale lembrar que índices relativamente positivos em anos anteriores, como o PIB, registravam retrações. E se avizinhavam a Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, eventos que exigiam altos investimentos de recursos públicos, nas mãos da corrupta FIFA, e que não representavam ‘legados’ importantes à maioria da população.

Com dez anos de gestão PT e PCdoB, no estilo ‘conciliação de classes’ ou aliada a diversos partidos da burguesia, ocorriam

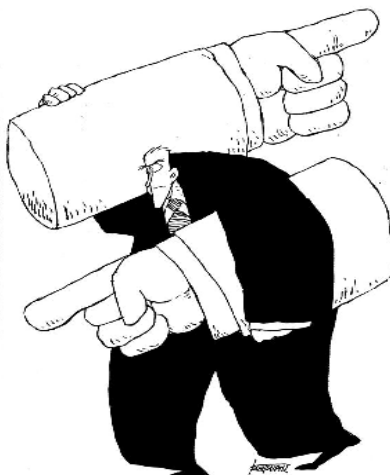
algumas concessões mínimas e um ‘reformismo sem reformas’ que davam sinais de esgotamento após anos de auge.

Nesse contexto, quando o movimento se articulou para lutar contra o aumento dos 0,20 centavos das passagens, em São Paulo, se deparou com a tradicional e autoritária resposta da ordem institucional de “não é possível baixar as tarifas”. Essa resposta foi comum ao prefeito petista de SP (Haddad) e ao governador tucano (Alckmin), absolutamente sintonizados com o restante do país. Quebrando essa panaceia, as mobilizações reverteram esse aumento e constrangeram as esferas de poder.

A velha ladainha da planilha de custos e dos impactos inflacionários foi usada, narrativa que visava esconder o velho esquema das empresas de transporte que exploravam a concessão pública das linhas urbanas, articulavam um pacto de classes e ofereciam regularmente “serviços” com o financiamento de campanhas eleitorais como moeda de troca. Essas empresas cobravam de prefeitos, governador e legisladores que o tal sistema se mantivesse mantendo os patamares de lucratividade.

Assim, os protestos massivos e populares se tornaram multitudinários. O caminho escolhido, pelo PT e seus aliados, de conciliação como estratégia “desarmou” a classe trabalhadora, em parte, desmobilizada pela governabilidade petista que não questionava o governo federal na ótica do peleguismo, comum no século XXI.

O resultado disso foi a péssima relação com os movimentos de Junho, pois manter o pacto de classes foi mais importante e se demonstrou uma concepção, que nada tinha a ver com a conjuntura e com uma caracterização de “possibilidades para o “socialismo”. O pacto de classes foi uma escolha e uma concepção



permanente mesmo variando a conjuntura, o que justificou o governo federal ter disponibilizado a Força Nacional para reprimir os protestos em São Paulo, uma vergonha para quem a tem.

Junho também foi marcado por uma situação que combinou o avanço gradativo do senso comum conservador em escala global com o fim do reduto exclusivo de valores de esquerda, que refletiram-se nas ações populares locais. E que contou, no Brasil, com um governo, em boa medida, defensor da lei, da ordem e do aumento do preço das passagens.

Ao mesmo tempo, Junho veio na esteira da crise econômica do capitalismo, aberta em 2008, e dentro do desgaste dos governos petistas. Além disso, foi parte de fenômenos mundial como o “Ocupa Wall Street”, “Indignados” na Espanha e a denominada “Primavera Árabe”. O sujeito histórico não foi a classe trabalhadora, o quê acirrou as contradições, mas, nem por isso, a esquerda revolucionária deveria estar fora do processo de luta.

Nesse contexto contraditório, as manifestações finais mostraram uma face dupla, como em 20 de junho, quando setores claramente identificados à direita apareceram e eram grupos minoritários, no estilo neonazista, mas que expulsavam a esquerda “desprevenida” e os ativistas de “vermelho”.

Inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiram. O número de participantes no país foi o maior até então, passou de milhão e caiu logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos também coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes, ressalta-se que o aumento das tarifas já havia sido revogado e garantido a vitória do movimento, refluindo no sentido progressivo do original.

O movimento que começou apartidário se tornou, então, antipartidário e, em parte, reacionário. Os grupos conservadores que se organizaram na internet pegaram carona nos atos e se colocaram como ruidosa, chata e uma minoria violenta.

Com um discurso superficial, típico do obscurantismo, fez adeptos instantâneos e até pessoas “de boa fé” encontraram aí respostas para a crise social que os cercava.

AS LUTAS NO RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, convencionou-se chamar primeiramente os atos de junho de Revolta do Vinagre, por ser utilizado o mesmo para aliviar o ardor no nariz e nos olhos causado pelas bombas de gás. Depois os atos passaram a ser as Jornadas de Junho, como decorrência de um processo que já tinha ocorrido protestos, que mobilizaram o movimento de esquerda, em defesa da população indígena que morava na Aldeia Maracanã, no entorno do estádio, e que o governo Cabral/Pezão (PMDB) pretendia demolir para as obras das Copas da Confederação e do Mundo. Após as lutas em defesa da Aldeia do Maracanã, ocorreu o 1º de Maio na Praça Afonso Pena, Tijuca, que se dirigiu em passeata até o velho estádio em obras.

Os atos contra o aumento das tarifas começaram com uma passeata de 50 pessoas, no centro, organizados pelo MPL e pela FIST (Frente Internacionalista dos Sem Teto) e depois com uma nova passeata com cerca de 700 pessoas, que foi radicalizada e duramente reprimida. Nesses dois primeiros atos não participaram os partidos da Esquerda não governamental e foram compostos por jovens “desconfiados” de qualquer pessoa que não era do círculo MPL e FIST.

O terceiro ato, com a Copa das Confederações já iniciada, no domingo, no Maracanã, tinha cerca de 2mil pessoas, foi duramente reprimido e os partidos da Esquerda anticapitalista participaram.

O quarto ato, tomou a avenida

Rio Branco. Foi estimado em cerca de 50 mil pessoas. Nesse foram ouvidos, pela primeira vez, os gritos “abaixa a bandeira” para o PSTU. E a PM apanhou muito, orientada a não reprimir a manifestação pela péssima repercussão internacional que daria pelo fato do Rio de Janeiro estar sediando um evento esportivo de grande magnitude. Um carro de passeio foi incendiado em frente à ALERJ e o fogo adentrou em parte da Assembleia Legislativa, mas sem grandes estragos.

No quinto ato, em 20 de junho, na Avenida Presidente Vargas (onde se realizaram as manifestações das “Diretas, Já”, os comícios do Lula em 89 e 94 e o “Fora Collor”) em frente a Igreja da Candelária, contou com mais de 300 mil pessoas. Havia muitos cartazes, com reivindicações identitaristas, setores reacionários como os que pediam a autonomia do MP e também os com as tradicionais reivindicações dos movimentos de Esquerda. Já havia também muita gente com bandeiras do Brasil e vestida de verde e amarelo. Nesse ato os militantes do PSTU foram espancados por membros da ultradireita e os militantes do PCB se retiraram para não apanhar. Também hostilizaram faixas de sindicatos e centrais sindicais. Novamente os confrontos violentos com a Polícia ocorreram com a tentativa da passeata chegar ao prefeito de Eduardo Paes (PSD).

Os atos se espalharam pela Zona Oeste, Niterói e Baixada Fluminense. Existia forte suspeita que o ex-governador Garotinho estivesse financiando pessoas para fazer o quebra-quebra.

Em seguida, ocorreram novos atos no dia da final da Copa das Confederações (Brasil X Espanha). O PSTU fez o ato pela manhã, na Tijuca e os demais movimentos fizeram à tarde, do qual o PSTU e o PCB não participaram. A direita também não esteve presente. O ato teve entre 5 a 10 mil pessoas, objetivava chegar no Maracanã e tumultuar o jogo. Houve nova pancadaria, quebra-quebra e bombas de gás lacrimogênio, que foi



sentido pelos jogadores em campo. Somente nesse momento apareceu com força a tática Black Bloc (pessoas organizadas, inicialmente anarquistas, preparadas para reagir à forte repressão policial).

No dia seguinte à final da Copa das Confederações, numa assembleia com mais de 5 mil pessoas, em frente a UFRJ-IFCS, a Esquerda tomou as rédeas do movimento. PSTU e PCB seguiram enfrentando hostilidades, agora dos anarquistas/Black Bloc, mas não eram mais expulsos dos atos.

AS LUTAS SEGUIRAM NO SEGUNDO SEMESTRE

Houve a continuidade das manifestações de rua no segundo semestre e, nessa mesma ocasião, ocorreu a morte e desaparecimento do pedreiro Amarildo, na Rocinha, por ação orquestrada pela PM e a prisão do morador de rua Rafael Braga, suspeito de portar arma química.

Também houve a poderosa greve dos funcionários da Educação municipal com fortíssimos atos de ruas e assembleias com milhares de pessoas. A direção da greve foi o PSTU que, com uma liderança nova, extrapolou a diretoria majoritária (PSOL) do SEPE. A Revista Veja, nesse período, dedicou uma matéria para atacar o PSTU e afirmar que a CSP-Conlutas estava “por trás” dos protestos. Um dos atos dessa greve, na Câmara de Vereadores, foi violentamente reprimido. Cyro Garcia, militante do PSTU, em artigo no Jornal O Globo, passou a defender manifestações pacíficas, sem violência. A greve, depois de vários dias, recuou e com os encaminhamentos do sindicato e com o papel nefasto do TJ-RJ. A tônica foi dada pelos Black Bloc, que enfrentaram a hostilidade do PT e do PCdoB que foram para a agressão.

Um ato no Leblon, próximo da casa do governador Cabral, (PMDB) responsável por diversas falcaturas, levou os manifestantes às quebradeiras de rua durante a madrugada no bairro mais burguês do RJ. Em seguida, o governador eleito em primeiro turno renunciou

sem concluir o seu segundo mandato.

JUNHO E OS TRABALHADORES

Junho foi explosivo, com variados setores das massas de trabalhadores exigindo o fim do desemprego enquanto os salários despencavam e o fim da miséria, que eram condições estruturais na área urbana especialmente. Os trabalhadores consumiam mais, mas tinham dificuldades para arcar com aluguéis caros. A juventude empobrecida passou a acessar o ensino superior, mas com frequência o preço das tarifas e da permanência nos estudos o tornava proibitivo.

Eram contradições explosivas, pois os “bons números” econômicos do período anterior a 2013 contrastavam com a continuidade das desigualdades sociais, o caos da vida nas grandes cidades e a carestia. Esses problemas não foram resolvidos por meio da conciliação de classes e da governabilidade tradicional pactuada com parte das classes dominantes, por isso, milhares de trabalhadores/as estiveram presentes nas manifestações. Ao contrário do que sustenta parte da mídia burguesa e seus intelectuais, Junho não foi um movimento da classe média indignada e insatisfeita com “políticas distributivas da esquerda”.

Em boa medida, o ator mais presente nas mobilizações foram especialmente os trabalhadores mais precarizados em busca de seu direito a uma cidade melhor para viver. Vale destacar a pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas em que os problemas mais citados pelos manifestantes eram com a Saúde (78%), a Segurança pública (55%) e a Educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos, o que coloca essa reivindicação como a “gota d’água” para o início das manifestações.

Isso não significa que os protestos foram, socialmente, propriedade da classe trabalhadora e dos seus interesses, mas que tiveram um caráter popular, amplo, progressivo e policlassista na sua origem. Tal



Greve dos garis em 2014 - RJ

assertiva não impediu considerarmos que a direita conseguiu, pela primeira vez, depois de décadas, colocar sua visão de mundo pelas ruas do Brasil. São contradições do mundo concreto e que precisamos seguir nas lutas pela consciência de classe da classe trabalhadora.

OS ANOS DE 2014 E 2015 SEGUIRAM INDICANDO O CAMINHO DAS LUTAS

O ano de 2014, começou com fortes greves. A greve dos Garis, do Rio de Janeiro, passou por cima do sindicato pelego e foi vitoriosa. Em Rodoviários, a greve parcial também passou por cima da direção sindical gangsterista, assim como em São Paulo, Salvador e Goiânia. Houve também greves dos Rodoviários puxadas por sindicatos em Belém, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, São Luís e Teresina.

No Rio de Janeiro, as manifestações de rua contra a Copa, que teria a final no Maracanã, seguiram. Eram manifestações menores, com militantes de Esquerda e com a preponderância da tática Black Bloc, mas sem elementos de direita. Em abril, no centro, houve a ocupação por Sem-Tetos do prédio abandonado da OI-Telemar. **A Frente Independente Popular atacou a sede do PSTU, na Lapa, que a denunciou à polícia burguesa, métodos estranhos ao movimento.** Também ocorreu a morte de um figurante da Globo, morador do Morro do Pavão e Pavãozinho, o que fez explodir fortes reações da comunidade.

Os atos, cada vez menores, prosseguiram até a Copa com o mesmo roteiro de quebra-quebras, sem a condução da esquerda não governamental e sem a presença da direita. Com o final da Copa do

Mundo foram presos e processados os 23 manifestantes. Em São Paulo, também com o fim da greve dos Metroviários houve o cerco ao sindicato, dirigido pelo PSTU, pelo governador Alckmin, e a demissão de mais de 40 lideranças.

Em 2015, em São Paulo, as greves seguiram com a paralisação de categorias como Professores, trabalhadores do Correios, Garis e a Ocupação de Escolas.

Quando a classe começou a entrar em ação com métodos e sua forma de se organizar e lutar a burguesia, em 2016, através da Lei Antiterrorismo, aprovada no governo petista de Dilma Rousseff, passou a criminalizar as lutas e os lutadores. Com esse ataque à classe trabalhadora, a direita e os reacionários também se fortaleceram para logo adiante impor o impeachment e crescer muito no cenário político brasileiro.

JUNHO FOI O “OVO DA SERPENTE”?

A expressão “ovo da serpente” surgiu de uma peça de Shakespeare, provavelmente escrita em 1599, que contextualizava a ‘democracia’ em Roma pouco antes de Júlio César assumir o poder. Na peça, o famoso Brutus, um dos conspiradores que mataria o chefe, compara Júlio César a *“um ovo de serpente que, por sua natureza, uma vez chocado se tornará nocivo; razão pela qual deve ser morto ainda na casca”*. César, assim, faria mal à ‘democracia’ romana com a ampliação de seus poderes.

Em 1977, Ingmar Bergman deu nova forma à antiga expressão ao dirigir um filme com esse título tratando sobre as fases iniciais da expansão do nazismo na Alemanha nos anos 1920.

Bergman contextualiza sua obra apostando fortemente no contexto econômico e social da época: a brutal crise alemã pós 1ª Guerra e o cotidiano de pessoas imersas nessa crise em que tudo parecia levar a perda de fé no futuro.

Justamente nessa curiosa metáfora, do

ovo da serpente como prenúncio do mal, a terrível serpente se reproduzindo de forma ovípara é comumente utilizada em situações de antessala política do fascismo. Parte da esquerda utilizou o termo para as jornadas de Junho.

Em recente entrevista concedida ao *Instituto Humanitas Unisinos (IHU)*, isso é longamente descrito e defendido por Ricardo Costa de Oliveira, professor de Sociologia da UFPR. Segundo ele,

Junho de 2013 foi o deflagrar do “ovo da serpente” da extrema-direita e de ameaças fascistas. Os movimentos de junho de 2013 não produziram novas lideranças populares e nem de esquerda, não garantiram nenhuma pauta social permanente, nenhuma vitória da agenda popular e foram movimentos logo capturados pela direita e mesmo extrema-direita.

Segundo Oliveira, todos os problemas do país após 2013 são originados de junho. Assim, as manifestações representaram um movimento essencialmente reacionário no qual a extrema direita galgou espaços e nos anos seguintes assumiria o poder via eleições. Ainda, Ricardo sugere que

Há, sim, uma conexão entre os eventos, as Jornadas de Junho de 2013, o clima de *“lawfare”*, o terrorismo jurídico-midiático, a Lava Jato, o golpe de Temer e o bolsonarismo. O resultado foi uma década de retrocessos e deterioração em todos os indicadores sociais, econômicos, a concentração de renda e a diminuição dos salários. Entre 2013 e 2023, a vida piorou para os jovens trabalhadores e periféricos, ao contrário dos avanços entre 2003 e 2013, quando tudo melhorou.

Ou seja, tudo estava muito bom até 2013 e depois se deteriorou em função dos protestos massivos em todo país.

Outro famoso crítico das jornadas de Junho, o jornalista Breno Altman, um dos organizadores do livro *“Junho de 2013, a rebelião fantasma”*, lançado no mês de junho de 2023 pela Editora Boitempo. em entrevista concedida a TV 247, destacou que, embora tenha havido uma combinação de fatores, o cerne dos protestos foi “a revolta das classes médias, que sentiram-se desfavorecidas diante do avanço social dos mais pobres”. Diz que esse setor estava revoltado, pois os mais ricos não sofreram perdas significativas e as medidas progressivas, em 10 anos de governos petistas e aliados, teriam beneficiado os mais de baixo da pirâmide social.

Em ambas as avaliações há a ideia de que Junho aconteceu por que as coisas estavam bem. Ou seja, houve um imenso levante de massas no país durante 30 dias com inúmeras reivindicações/pautas por que tudo estava bem. Seria uma espécie de ‘povo suicida’. Esse “senso comum” se construiu em parte na esquerda. difere até mesmo do discurso (ao menos público) da Presidenta Dilma na época.

Dilma se pronunciou oficialmente sobre as manifestações em cadeia de rádio e televisão em 21 de junho de 2013. Ali, anunciou que se reuniria com prefeitos e governadores e elaborou uma série de medidas para responder às ruas. No dia anterior, o país havia registrado manifestações em 388 cidades e, em dez minutos de discurso cuidadoso, assim se reportou aos protestos:

Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas.



Dilma também afirmou que tinha a obrigação de ‘ouvir a voz das ruas’. Segundo ela, diferente dos ideólogos Ricardo Oliveira e Breno Altman, os protestos se colocavam como luta por um país mais justo: ela chegou a relacionar os movimentos daquele momento e sua participação em manifestações pela derrubada da ditadura militar.

Na ocasião, Dilma prometeu maior empenho no combate à corrupção, investimentos em políticas de transporte público, citou que o país sediaria ‘uma grande Copa’, mesmo com o imenso desgaste para o seu governo, ressaltou a legitimidade dos protestos, mas, anunciou que garantiria a “lei e da ordem” e que não aceitaria violência nos atos de rua. Não há dúvida de que essa promessa foi cumprida pelos governos federal e estaduais. O uso da violência repressiva das polícias era liberada contra as manifestações e foi observada em vários episódios, um dos motivos que fez crescer a adesão às passeatas.

Com o passar do tempo tornou-se fundamental para parte da esquerda construir uma narrativa colocando o selo “reacionário” para os protestos que ousaram questionar e enfrentar o governo federal. No entanto, as manifestações não foram centradas no governo federal e suas reivindicações gerais, atingiram a todo espectro político. Foi natural, por outro lado, que o governo sentisse as consequências e a queda da popularidade.

Durante um período buscou-se criar uma fobia às manifestações populares. E parte da dita esquerda impôs com estratégia a gestão da crise do capital via amplas alianças de classe. Sem espaço para mobilizações de massas, defenestrar os movimentos como Junho teve uma lógica estratégica muito direta.

No mundo real, mesmo com a explosão social em 2013, Dilma e seu governo, de amplas alianças com a burguesia, sobreviveram e se reelegeu em 2014, apesar de pouca margem contra Aécio. A crise econômica que afundou o país e que

levou a articulação reacionária do impeachment, em 2016, não foi fruto de Junho. A extrema-direita não seguiu defendendo a pauta de Junho como sua.

Enfim, o absoluto labirinto que a conciliação de classes entrou naquele momento também não foi obra dos protestos três anos antes. Junho não foi “ovo de serpente” nem foi o “bode expiatório” mesmo que não tivessem ocorrido as manifestações naquele momento, a extrema-direita teria seu espaço na sequência, pois havia condições para isso na conjuntura. Visivelmente, ocorreu um corte entre os protestos com seu papel progressivo e o crescimento da extrema-direita que ocorreu independente das manifestações de Junho.

ALGUMAS LIÇÕES DE JUNHO DE 2013

O Emancipação Socialista, ainda não existente durante 2013, tem parte de sua militância com participação nessas mobilizações com atuação organizada por agrupamentos não mais existentes (Espaço Socialista e Movimento ao Socialismo). Após 10 anos, com os demais militantes, entendemos que a análise política, econômica e a participação em ação direta nos acontecimentos de Junho, mesmo com todas as limitações e contradições, mantiveram para nós, enquanto organização política anticapitalista, lições que reafirmam a necessidade e a possibilidade de construção e de continuidade das lutas antifascistas, antiburocráticas, sem conciliação de classes, pelo fim do capital e por uma sociedade justa e socialista.

De toda forma, somos parceiros da luta antiburocrática e antiautoritária. A tradição do burocratismo enterrou muitas lutas justas ao redor do mundo e mesmo revoluções regrediram nas manobras burocráticas de dirigentes cheios de privilégios. No entanto, isso não significa enterrar os métodos e formas de lutas históricas da classe trabalhadora, a organização das lutas deve ser democrática e incluir todos os lutadores. E, ao contrário de não haver ‘controle’, a base dos movimentos deve ter controle sobre



dirigentes com comissões eleitas e destituíveis a qualquer momento para se fazer um movimento organizado e democrático.

Entendemos que nem o burocratismo e nem a autonomia podem servir de argumento para um “vazio de direção”, pois o vazio não existiu e em Junho as disputas de rumos ocorreram o tempo todo nas ruas entre atores políticos absolutamente opostos.

A intolerância ao neofascismo esteve viva em Junho e deve continuar, sem nos retirar do campo de batalha. Outros Junhos anticapitalistas e democráticos são necessários, mas com o rumo e a consciência de classe para a tomada de direção sem conciliação pela classe trabalhadora.

MÉRITOS E LIMITES DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

O MPL se definia como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente que lutava por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. Hoje, em seu site também afirma ser um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, presentes em várias cidades do Brasil que lutam pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero.

Constituiu-se na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, aglutinando experiências anteriores como a Campanha pelo Passe Livre e lutas contra as ‘catracas’, em Florianópolis e Salvador.

Em 2013, foi uma organização importante e, certamente, jamais passou pela cabeça de tal movimento as proporções que a luta contra o aumento das passagens teria.

Aparentemente, as manifestações “passaram por cima” do MPL, o que não tira o mérito do papel muito progressivo na organização e articulação dos atos. A visão autonomista, na verdade, não deseja ter o controle dos processos políticos, pois considera isso o caminho da burocratização e do autoritarismo. Por outro lado, o autonomismo aplicado à realidade foi de difícil efetivação, afinal, algumas pessoas tinham que decidir as coisas em certos momentos.

A ideia de que não existiria uma direção política se tornou um limite real no desenrolar dos processos quando a “revolta popular autônoma” perdeu a direção do movimento. Assim, a ausência de uma direção anticapitalista nos movimentos de Junho pode ter sido um dos motivos, entre outros, para o espaço assumido pelos conservadores e reacionários na justa luta de massas de trabalhadores.

Lucas Monteiro, militante do

MPL em 2013, em entrevista à Revista Brasil de Fato afirmou ter sido um erro não seguir com as mobilizações: “O que devíamos ter feito era chamar atos pela tarifa zero, porque daria um sentido de continuidade pra gente e para aquelas pessoas, continuaríamos atuando numa pauta radical e muito transformadora”.

Parte dos autonomistas não continuou a luta e se retirou especialmente quando a direita passou a ocupar um bom espaço nos protestos. Segundo Monteiro, muitas pessoas queriam continuar militando no MPL, mas “Quando teve uma demanda grande de pessoas procurando o MPL, não soubemos nos organizar para fazer esse movimento crescer, não soubemos nos reinventar para ser uma organização horizontal com centenas de pessoas, não soubemos”.

O próprio MPL, ao definir a luta de 2013, destacando a cidade de São Paulo, colocou que as lutas

autônomas eram como “um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular”. Mais uma vez o tema do controle aparece: “Em São Paulo, as manifestações que explodiram de norte a sul, leste a oeste, superaram qualquer possibilidade de controle, ao mesmo tempo que transformaram a cidade como um todo em um caldeirão de experiências sociais autônomas”.

Tal concepção se confunde com a própria ideia de organização desenvolvida no mesmo artigo, no qual o MPL se autodefine como “um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior”.

JORNADAS DE JUNHO E A ASCENSÃO DA ULTRADIREITA: COMO O PT CHOCOU O OVO DA SERPENTE

Mônica Buarque

As manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho se iniciaram em São Paulo, em 2013, a partir do anúncio, feito pelo então prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, juntamente ao governador do estado, Geraldo Alckmin, do aumento da passagem de ônibus de 3,00 para 3,20. Elas aconteceram em todo o Brasil mobilizando, conforme a Wikipedia, cerca de 89% da população e decorreram das lutas pelo Direito à Cidade. Muitos estudantes que ingressaram na mobilização pelo passe livre tinham influência dos movimentos antiglobalização iniciados nos anos 90. Estes, assim como os eventos de junho de 2013, eram

marcados pela heterogeneidade, tendo como motivação norteadora a recusa ao neoliberalismo, mas abarcando anarquistas, ecologistas, democratas e por aí vai.

A luta pelo passe livre estudantil em si poderia ser considerada como contendo um viés conservador pois, ao conceder o passe, a empresa de transporte necessariamente compensa sua “perda” aumentando o valor das passagens para os pagantes. Por isso, o movimento pela Tarifa Zero, que ganhou força no contexto de junho de 2013, representou uma luta classista contra a dureza da mobilidade urbana resultante da desigualdade social capitalista.

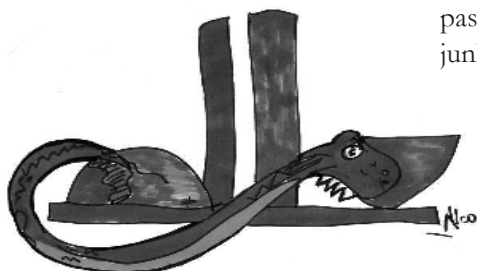
O anúncio do aumento das passagens aconteceu no dia 2 de junho. Logo no dia seguinte as ruas de São Paulo foram tomadas. Outras capitais também viveram dias de insurreição. Se vitoriosa, teríamos chegado aonde? Há um consenso que a lutar algum pois não havia uma

direção. Autonomistas disputavam com partidos de esquerda pautas inegavelmente classistas, mas ao mesmo tempo emergiu o tal gigante recém acordado numa cruzada anticorrupção e com ódio de todos os partidos e instituições...

Apesar de muito menor que os comícios pelas Diretas Já, em 1984, que juntaram 400 mil pessoas em Goiânia, um milhão no RJ e um milhão e meio em SP, as Jornadas de Junho viraram História. Memória. Isso se deve ao fato de terem sido sucedidas por uma série de acontecimentos políticos que levaram ao poder máximo do Brasil a extrema direita mais deslavadamente elitista que o país jamais tinha visto, com o **impeachment** de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro.

UM DISPUTA DE NARRATIVAS

Tentando dar conta da grande visibilidade que o repertório reacionário ganhou na última década (Projeto Escola Sem Partido, porte de arma, excludente de ilicitude



para ações policiais, cura **gay**, poder das igrejas neopentecostais etc.), as narrativas sobre os acontecimentos de junho têm algo em comum e algumas diferenças.

Em comum está a percepção, como já foi dito, de que diferentes matizes políticos coexistiram nas manifestações. Decorrente disso, vários direcionamentos divergentes apareciam, inclusive com rivalidade entre vertentes de Esquerda.

Dentre as análises que são conflitantes destacam-se as que consideram que o saldo das Jornadas de Junho foi positivo para a luta de classes, ponto de vista de autonomistas, anarquistas e marxistas à Esquerda da Ex-Esquerda reformista e institucional e as que consideram que junho de 2013 consistiu no “ovo da serpente” do neofascismo no Brasil. Esta segunda narrativa coincide com o viés petista (que inclui o PC do B e correntes que hoje, 2023, ainda fazem parte do PSOL).

Outra consequência do levante foi a maior participação das redes sociais na deflagração de atos. Em 2013, muitas datas foram combinadas exclusivamente pela internet. O Facebook teve papel fundamental para isso. Foi notório que os atos marcados dessa forma foram dominados por conservadores. De lá para cá passou a acontecer, volta e meia, um chamado para uma reivindicação na rede, com centenas de pessoas confirmando presença e menos de trinta indo realmente ao local. Além disso, o caráter identitário das redes sociais se colocou às reivindicações identificadas com a Esquerda reformista, que estava e continuou nas instituições (ou Ex-Esquerda - como chama Marco Antônio Perruso em seu livro sobre as Jornadas).

A NARRATIVA REFORMISTA

Em 2013 o PT era governo federal há dez anos. Lula cumpria dois mandatos e elegeu sua sucessora, Dilma. O projeto era que ela ficasse também oito anos à frente da presidência. Em sua trajetória de 1980 até chegar ao poder, o PT foi se despidendo de suas correntes socialistas. Talvez a ruptura mais significativa tenha sido com a Convergência

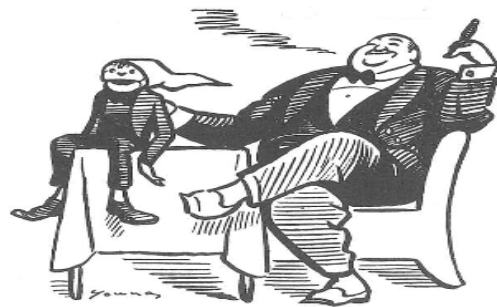
Socialista, que passou a constituir, a partir de 1994, a força hegemônica do PSTU. Em suas sucessivas candidaturas ao governo, o PT foi se transformando em um partido liberal-democrata, buscando alianças com partidos populistas e se afastando dos que pode ser compreendido como campo da Esquerda.

Não restam dúvidas, porém, que o PT é visceralmente ligado aos movimentos sociais do país. Surgiu deles, das lutas pela Reforma Agrária, de professores, da Teologia da Libertação e dos operários do ABC paulista. O resultado de um partido desses no governo, eleito por coligação com a Direita, fiel à constituição “cidadã” de 1988 e com necessidade de dialogar no parlamento só poderia ser o arrefecer das lutas. Afinal, ele mesmo denominou seus programas de governo com de “conciliação de classes”.

Como fazer greve com um trabalhador no governo? E se esse governante aprovasse uma Reforma da Previdência que retirasse direitos? Bem, ele fez isso. Por outro lado, aumentou o salário-mínimo, valorizou a política de cotas, fez muitas parcerias público-privado. As greves aconteciam, mas sua força, no fluxo das perdas que o Neoliberalismo impôs à classe trabalhadora no mundo, foi diminuindo.

Os sindicatos, especialmente os filiados à CUT, foram dominados por lideranças que insistem em negociar a portas fechadas e chegam ao ponto de desqualificar a ação maior do trabalhador oprimido, a greve. Colocam medo em suas categorias. No entanto, coexistindo com o poder majoritário dessa central que já foi muito combativa, a CSP-Conlutas conduziu sua narrativa de que não houve golpe nos eventos que desembocaram no **impeachment** de Dilma e na ascensão ao poder do vice Michel Temer, levantando a chamada (equivocada, por sinal) de “fora todos”. E lutas seguiram.

Logo no início de 2014 houve uma importante greve na cidade do Rio de Janeiro a dos garis. Seu sindicato chegou a encaminhar um acordo com o prefeito Eduardo Paes



para encerrar o movimento, mas a categoria radicalizou e deixou a cidade extremamente suja, obtendo como resultado um aumento de 37% e o reconhecimento dos garis como “símbolo” da cidade. Quem fez a negociação na época foi uma comissão de representantes e não o sindicato.

Antes deste episódio memorável para a classe trabalhadora, os professores da Rede Municipal do RJ entraram em greve contra a assinatura de um plano de carreira que não era satisfatório para a categoria e foram duramente reprimidos pela PM de Eduardo Paes. Ocuparam a Câmara de Vereadores da cidade e, na noite do dia 28 de setembro de 2013, foram retirados com violência cruel. **Black Blocs** prestaram os primeiros socorros às vítimas da repressão.

A repressão seguiu forte nas manifestações seguintes, com adesão dos profissionais da FAETEC, rede de educação técnica estadual também em greve por um novo plano de carreira (movimento encerrado com derrota parcial por acordo do sindicato com a patronal, desenhado por intermédio de Celso Pansera, então presidente da rede e posteriormente ministro de Dilma).

Ao menos duas mortes aconteceram devido à repressão policial de 2013: em 2 de agosto no Rio, um homem faleceu por problemas respiratórios após a inalação de gás em uma manifestação e em Belém, uma mulher gari, em 21 de junho, também devido ao gás lançado pela PM da cidade, com prefeito e governador do PSDB. No dia 20 de junho, um rapaz de 18 anos morreu atropelado durante o protesto em Ribeirão Preto.

Muita repressão e muita reação. Este foi o ano de 2013. De volta ao Rio de Janeiro, profissionais da Educação fizeram uma manifestação inédita, abrindo mão do feriado do dia do Mestre, em 15 de outubro e

tomaram a avenida Presidente Vargas em uma imensa passeata em direção à Cinelândia. Naquele momento estavam no poder o governador Sérgio Cabral Filho e o prefeito Eduardo Paes, aliados do governo federal.

Em um momento inicial, em 18 de junho, a presidente Dilma Rousseff chegou a se pronunciar alegando que era preciso ouvir a voz das ruas. Vindo dela, uma ex-guerrilheira sobrevivente da tortura, isso não era pouca coisa. Só que seu PT estava casado com muito do que veio de ruim após a Ditadura Militar. O vice-presidente, Michel Temer, também estava disposto a ouvir o tal clamor dos manifestantes, mas não para guinar para a esquerda os rumos do país. Tampouco Fernando Haddad em São Paulo deu a devida legitimidade aos protestos. Pelo contrário, ironizou dizendo que poderiam pedir almoço grátis ou jantar grátis ou viagem para a Disney grátis.

A cúpula do Executivo tinha por ministros os conservadores Marcelo Crivella e Moreira Franco, além de vários nomes do PP e Republicanos. O processo rumo a tornar-se um partido burguês, iniciado pelo PT quando aceitou assinar a Constituição de 1988 e ganhou, em 1989, as prefeituras de Santos, Vitória, São Paulo e Porto Alegre, foi validado quando Dilma e seus aliados resolvem colocar ordem na casa elegendo como inimigos todos os que iam às ruas: pela tarifa zero dos transportes públicos, por melhores salários, pelo fim da corrupção, contra a Copa do Mundo... Para tal, além das medidas tomadas, com a Lei Antiterrorismo do final de seu governo, cujo projeto foi encaminhado em junho de 2015, foi importante explicar os fatos como protestos que visavam desestabilizar o governo Dilma pela Direita.

Os radicais de esquerda foram criminalizados e a narrativa de uma polarização bem/ mal de fácil assimilação como todo maniqueísmo, ganhou novos personagens. Em vez de PT X PSDB agora era PT X Golpistas (PSDB + bolsonaristas+ cidadãos de bem + lava jatinistas). Toda essa gente (golpista em um certo sentido, mas engendradora de um golpe palaciano, fabricado nas estruturas do poder, bem longe do povo maltratado pelo

emprego precário e pelos serviços públicos sucateados) tomou por PT algo muito mais longe do que o partido e seus aliados (ainda não citados PSB e PDT) jamais ousariam ir. Os Cidadãos de Bem passaram a dividir a mesma narrativa. Eram eles contra os “comunistas” do PT.

OS PRESOS POLÍTICOS DO PT

No dia 13 de junho, durante a manifestação em São Paulo, mais de cem pessoas foram feridas pela repressão policial. Como reação, os protestos se massificaram.

20 de junho de 2013 foi um dia marcante no país. Um ato enorme em SP, outro em Brasília. Na capital do país, a Esplanada dos Ministérios foi pichada: “cadê a Educação?”; “respeite o povo”. A Catedral da cidade também foi pichada. Foram cerca de 40 mil manifestantes por lá.

Dias antes, em 14 de junho, véspera da abertura da Copa das Confederações, manifestantes da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e da Resistência Urbana pararam o trânsito no Eixo Monumental em frente ao estádio Mané Garrincha para denunciar que os gastos com a Copa do Mundo do Brasil roubavam verbas de serviços que faltavam aos brasileiros. A final do evento foi marcada pelo dramático encurralamento dos manifestantes no entorno do Maracanã, no RJ em 30 de junho.

O povo nas ruas contra os gastos da Copa carregava a crítica ao despejo da Aldeia Maracanã (que, literalmente abraçada, resiste, ainda hoje e é ameaçada periodicamente pelo seu inimigo deputado bolsonarista Rodrigo Amorim) e à privatização dos estádios. Fonte Nova (Salvador), Mineirão (Belo Horizonte), Castelão (Fortaleza) e Arena das Dunas (Natal) passaram para o controle de empresas privadas. 97% do dinheiro das obras para a Copa do Mundo, porém, saiu dos cofres públicos. É até uma ironia que o país do futebol, cujas ruas se encheram de cores e entusiasmo nas Copas do Mundo de 82 e 86, um pouco menos em 90 e que vibrou tanto com o título de 1994, fosse se levantar

contra sediar uma edição do Mundial. Não era contra a alegria do esporte, mas contra a empresa capitalista FIFA. Tanto foi assim que um dos famosos a se manifestarem em defesa do projeto do governo foi o jogador de futebol Ronaldo Fenômeno: “não se faz Copa com hospitais”.

Sem eles é que não se faria mesmo, ao menos em paz, foi o que provaram os manifestantes. E o governo foi duro para defender seus interesses. Fez a Copa para mostrar que não tinha mais nenhum compromisso com a classe trabalhadora.

Ocorreu no dia 17 de junho um ato com cerca de cem mil pessoas no Rio de Janeiro. Na ocasião, a Alerj foi alvo de ações diretas. Mais de uma dezena de manifestantes foram detidos, mas três estudantes universitários acabaram presos e tiveram suas imagens divulgadas pela SEAP (Vagner Ferreira, Caio Brasil Rocha e Juliana Isméria Campos Vianna). Eles foram acusados de furto, com a Defesa sustentando que as provas foram plantadas por policiais e no dia seguinte os dois últimos já estavam liberados. Os jovens haviam estado nas redondezas da Alerj e foram considerados praticantes do que o governo / Direita iria a partir dali chamar de vandalismo.

Eram os primeiros presos políticos do Governo Dilma. Ficaram proibidos de sair da Comarca do Rio de Janeiro e deviam comunicar mudança de endereço. Três dias depois outro preso político seria inventado no Rio de Janeiro.

Rafael Braga foi preso com dois frascos de material considerado inflamável. Para os policiais que o abordaram, sem testemunhas, na Rua do Lavradio, ele tinha em mãos um artefato que poderia ser coquetel molotov. Naquela noite, a capital fluminense vivera uma manifestação com aproximadamente 300 mil



peças. Mas Rafael não estava entre elas. Ele trabalhava como catador de recicláveis pelas ruas do Centro e não tinha dinheiro para voltar diariamente para sua casa. Ironicamente, era por um direito que ele nem imaginava que poderia ter – o de se deslocar pela cidade – que o protesto que o tornou famoso aconteceu.

O rapaz tinha antecedentes criminais por roubo, tendo cumprido pena. Seu caso ganhou notoriedade apenas a partir de novembro e, quando ele saiu em liberdade condicional, foi pego em novo ato ilícito, com suspeitas de ter sido forjado para que ele voltasse à prisão. Rafael não é um preso político por ter se manifestado, mas é mais um negro criminalizado pelo Sistema, o bode expiatório perfeito para fazer temer os mais fragilizados que se revoltavam naquele junho.

O caso do pedreiro Amarildo, desaparecido pelas mãos da polícia em 14 de julho, foi outro episódio triste da violência policial contra os pobres que, durante as Jornadas de Junho trabalhadores nas ruas denunciavam. Amarildo foi preso durante a operação Paz Armada em sua casa, na Rocinha. Era analfabeto e dividia uma casa de um cômodo com esposa e filho. Oficialmente, foi confundido com um bandido, como se isso justificasse a tortura que sofreu. Morto como tantos outros, Amarildo virou slogan das ruas: *onde está o Amarildo?*

Os 23 ativistas presos às vésperas da Copa do Mundo de 2014 foram identificados como anarquistas ou autonomistas. Conforme a delação de Anne Josephine Rosencrantz, Sininho (Elisa Quadros) pretendia incendiar a Câmara dos Vereadores. Este depoimento foi motivado por uma rivalidade entre ambas. O químico Felipe Braz, ex-líder da FIP (Frente Independente Popular), se apresentou espontaneamente para depor e incriminar ex companheiros (forneceu cerca de 50 nomes). Felipe fora expulso por desavenças com as feministas do movimento.

Camila Jourdan, professora de Filosofia da UERJ, teria uma bomba caseira em sua residência. Segundo o advogado dos ativistas, pai do estudante de Educação Física



da UERJ Igor D'Icarahy, também preso e namorado de Camila, o flagrante foi forjado. O material nunca foi apresentado à imprensa. Muito sensacionalismo cercou os nomes destes jovens, trabalhadores e estudantes igualando-os a terroristas.

Nove anos depois, com decisão de Gilmar Mendes, a justiça acabou por anular o processo que corria para que cumprissem penas de 5 a 7 anos. O advogado Marino D'Icarahy também sofreu processo, mas foi absolvido e um dos ativistas morreu. O desfecho favorável aos militantes aconteceu com uma ordem para que fossem destruídas provas ilícitas. O envolvimento de um policial infiltrado, que ultrapassou os limites de seu trabalho fazendo parte inclusive de um grupo de conversa com os jovens, também pesou para que esta decisão fosse tomada.

A LEI ANTITERRORISMO

A Lei de Organização Criminosa, que inclui também organizações terroristas, que sequer existem no Brasil, parece obra do Bolsonarismo, mas foi promulgada pela Presidente Dilma Rousseff em 2 de agosto de 2013. Os movimentos sociais não seriam criminalizados, foi a promessa. Em 2016, como adendo a esta, Dilma assina a Lei Antiterrorismo, atendendo ao mais conservador impulso da burguesia. Dez pessoas foram presas neste mesmo ano, suspeitos de planejarem atentados durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

E a Ex-Esquerda, a Esquerda reformista, largou as ruas. Com a pandemia do novo coronavírus reforçou-se o entendimento de que

a eleições de 2022 resolveriam os danos de quatro anos de Bolsonaro presidente. Mas a classe trabalhadora, de máscara, fez o breque dos aplicativos em várias cidades e até ateou fogo na estátua de Borba Gato em São Paulo, símbolo do racismo que marca o país.

Eleito, Lula manteve as costuras com o Centrão que já fizera em outros mandatos. Não evitou o caos da tentativa de golpe de 8 de janeiro e, para culminar, a polícia da Bahia, estado governado pelo PT em sua quinta eleição, conseguiu a vergonhosa marca de matar mais negros que a estadunidense.

O PT está, cada vez mais na prática, distante do que, por sua sigla, ousou ser um dia. Isto não é um dos saldos da Jornada de Junho, pois o descolamento do partido em relação aos anseios da classe trabalhadora foi o que motivou o levante de 2013.

E SE A ORDEM NÃO TIVESSE DETIDO JUNHO?

Para as lutas da classe Junho foi importante. Além da greve dos garis, a série de ocupações estudantis, iniciada nas escolas de São Paulo contra a reestruturação produtiva proposta pelo governador Geraldo Alkmim, fez aflorar os ânimos por uma sociedade mais justa. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná: as escolas públicas foram ocupadas contra a parceria público-privada, contra a Reforma do Ensino Médio e, no caso do Rio de Janeiro, em apoio aos profissionais da Educação com salários atrasados.

A centelha não vingou por muito tempo por obra dos partidos que, com forte penetração nas entidades estudantis, apregoam ideias de conciliação de classes.

Estes partidos, que já haviam tido no passado atuação contra o Sistema, se tornaram defensores da ordem. Venceram junho pois contiveram a insurreição. As disputas entre Direita e Esquerda teriam sido tão favoráveis à primeira se a repressão aos “vândalos” não fosse tão legalista? Que lugar a serpente neofascista ocuparia se o clamor da classe trabalhadora, mesmo com suas divergências de tática, não tivesse sido expulsa das ruas?

BRASIL 2013 E CHILE 2019: UMA BREVE COMPARAÇÃO

Mauro Marques



Um exercício político interessante é comparar as jornadas de junho de 2013 e o levante chileno de 2019. Há semelhanças e muitas diferenças.

O Chile passou por uma onda de protestos em outubro de 2019, quando explodiu uma série de manifestações. Inicialmente era pedida a suspensão do aumento da passagem de metrô na capital Santiago, uma impressionante coincidência com os famosos “20 centavos” de São Paulo.

Tal aumento foi revogado, as manifestações continuaram e suas pautas aumentaram. Não havia uma lista centralizada de demandas e nem um líder, mas suas pautas giravam em torno de uma crítica geral ao neoliberalismo, visto que o Chile é a ‘Meca’ deste modelo sócio econômico. Anos de neoliberalismo e acumulação do capital desamparou grande parcela do povo chileno, em especial, os mais pobres e idosos. Não existe por lá um sistema de saúde universalizado e a previdência é um caso de aplicação extrema da capitalização: a lógica ultraliberal que não dá garantias mínimas aos aposentados.

A onda de protestos se avolumou e a participação amplamente popular levou à demissão de todo ministério federal. Ao lado dos estudantes, um importante ator social se viu nos protestos diferentemente do caso brasileiro de 2013: a comunidade indígena chilena foi importante ator político, com destaque ao povo Mapuche. Suas bandeiras coloridas se destacavam e a dura repressão, mais bárbara que no Brasil, deixou um saldo de pelo menos 19 mortos e centenas de feridos. A polícia estatal se especializou em atirar as ‘balas de borracha’ na altura dos olhos e muitos ativistas feridos perderam a visão.

Ainda, o chamado ‘estado de emergência’ e toque de recolher foi decretado em várias áreas do país e o presidente direitista Sebastian Piñera, ao mesmo tempo que comandava a dura repressão, teve que conceder um pacote limitado de ‘medidas sociais’

que incluíam o estabelecimento de um ‘salário mínimo garantido’, entre outros pontos.

Com o acúmulo da luta, uma enorme manifestação tomou as ruas do centro de Santiago em 25/10, uma sexta-feira, ali já eram exigidas a implementação de reformas sociais profundas. Segundo dados, mais de 1,2 milhão de pessoas se concentraram na Plaza Itália e importa destacar que Santiago tem cerca de 6 milhões de habitantes. Convocada centralmente nas redes sociais, tal onda de luta popular foi a maior manifestação de rua desde o fim da ditadura pinochetista: a democracia burguesa chilena tremeu por aqueles dias.

Piñera, fiel escudeiro da herança neoliberal no país teve que medir as palavras em relação ao que ocorria: “A marcha enorme, alegre e pacífica de hoje, onde os chilenos pedem um Chile mais justo e solidário, abre grandes caminhos para o futuro e a esperança”. A hipocrisia não se sustentou, mas é parte do jogo da política tradicional dos representantes da burguesia.

As mobilizações seguiram nos meses seguintes e merece destaque que em 11 de novembro de 2019 foi anunciada que uma nova Constituição seria construída, um processo ainda aberto e em disputa no país.

Visivelmente o processo no Chile foi popular com uma pauta antipinochetista e, portanto, limitava a participação da direita que também estava no governo federal com Piñera. A esquerda estava nos protestos que eram massivos e amplos como no Brasil em 2013 o que possivelmente influenciou a eleição de Boric, liderança estudantil que assumiu a presidência ano passado encabeçando uma Frente ampla em aliança com o Partido Comunista. A direita, pouco presente nas ruas que protestaram em 2019, voltou com força nas urnas nos anos seguintes aproveitando certo desgaste do governo moderado de conciliação de classes de Boric. Assim, foi derrotada a proposta de

nova constituição no referendo e os ‘direitosos’ (direita ‘tradicional’ junto à extrema direita) se tornaram maioria na constituinte montada na sequência.

No caso brasileiro, uma parte da esquerda não estava nas manifestações brasileiras ou estava timidamente. A “esquerda” (PT e PCdoB) era governo em aliança com partidos centrais da burguesia e agiu como ‘bom patrão’. De forma semelhante ao Chile, a pauta foi diversificada e era difícil identificar uma direção (no sentido clássico do termo) do movimento. A ampla massificação garantiu a vitória em relação ao aumento das passagens e educou milhares de jovens sobre a possibilidade de conquistar com mobilização direta.

Houve ali um espaço importante para ação pública da direita e mesmo da extrema direita, ao contrário do episódio chileno. Estes setores atuaram como oposição ao modelo petista de conciliação de classes e se colocavam como ‘antissistêmicos’. Assim, conseguiram capturar alguns legados – de forma hipócrita –, como as marcas ‘MBL’ e ‘Vem pra Rua’, mas sem assumir efetivamente a pauta transformadora e radical das ruas.

Importantes lutas também se seguiram ao junho de 2013 contestando os investimentos nos eventos da FIFA, por exemplo. Diferente do caso chileno, não houve aqui um choque institucional como a convocação de uma nova constituinte. Aparentemente, o saldo organizativo e político dos movimentos sociais no Chile após o furacão de mobilizações foi bem maior, embora também tenha ocorrido aqui.

Possivelmente a principal lição comparativa entre os dois processos é que ambos se colocam como um tipo específico de manifestações e luta popular com novas características, se comparados com tradicionais lutas do passado. Educaram milhares nas ruas e nas lutas. E podem voltar a ocorrer.

JUNHO: A REBELIÃO QUE ABALOU A CONCILIAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL

Com os 10 anos que nos distanciam de Junho de 2013, controvérsias sobre o significado, a profundidade e o alcance desse acontecimento histórico voltam à tona. Nesse debate, estamos em rota de colisão com a esquerda da ordem, particularmente o PT e seus satélites, que propagam que junho foi responsável por colocar o “ovo da serpente” do neofascismo no Brasil.

Junho e o raio em céu aberto

Exemplo dessa narrativa é o texto *A jornada do abismo* [1], de Olímpio Cruz Neto, publicado pela Fundação Perseu Abramo (PT) como parte dos debates sobre os 10 anos de Junho. Para o autor do texto, Junho parece ter sido um raio em céu aberto, pois o Brasil vivia uma “franca ascensão, com economia em alta, desemprego em baixa e muitas oportunidades para todos”.

Nos anos posteriores à crise econômica de 2008, os efeitos desta começam a se deslocar para a América Latina, o que leva à alta da inflação dos alimentos e à perda de capacidade do governo em ampliar investimentos sociais. Isso somado ao fato de que nenhuma reforma foi realizada pelo lulismo e os grandes problemas continuavam a afetar a vida das massas enquanto gastos bilionários eram destinados a obras preparatórias a eventos esportivos internacionais, o que faz com que setores da classe trabalhadora comecem a dar sinais de cansaço já nos anos de 2011 e 2012.[2] Para pré-condenar Junho como responsável pelo aparecimento, crescimento e ascensão do neofascismo, Neto distorce totalmente



o evento, sua dinâmica e significado afirmando que “o ano de 2013 também foi o ano que catalisou o extremismo nacionalista ultraconservador, calcado em princípios morais da família tradicional e das crenças cristãs”. Ao contrário disso, Junho foi uma onda de mobilizações que teve vários feixes motivadores, permitindo que uma acumulação de descontentamentos dos trabalhadores e de todos os oprimidos que, diante da repressão policial e a heroica resistência da juventude em São Paulo em 13 de Junho, foram o estopim de uma onda gigante de protestos. [3]

A despeito da dura repressão, a onda de indignação não se deteve e seguiu contra a Copa das Confederações durante a segunda quinzena de junho. O ano de 2014 iniciou com a greve histórica dos garis no Rio de Janeiro, que foi seguida de importantes lutas de outras categorias em vários Estados. Nada de botar, chocar ou eclodir o ovo da serpente pode ser atribuído às energias combativas liberadas por Junho de 2013. O que, sim, contribuiu para o fortalecimento da extrema direita foi o papel que o sistema político como um todo, com destaque para as capitulações de Dilma, Lula e PT, cumpriu nesse processo. [4]

A conciliação de classes e o ovo da serpente

Depois de tentar cooptar o movimento com a proposta de plebiscito para uma “constituição política” no final do mês de junho, Dilma constrói um pacto com governos Estaduais, Judiciário, Congresso e burguesia para reprimir as manifestações contra a Copa das Confederações, criminalizar as greves, cooptar do a direção do movimento de moradias (MTST) e montar uma megaoperação militar-policial na abertura da Copa que criou um verdadeiro Estado de Sítio que foi fundamental para derrotar a longa onda de protestos

Antonio Soller - Prof. de Geografia Rede estadual de São Paulo Corrente Socialismo ou Barbárie (<https://esquerdaweb.com>)

iniciada no ano anterior.

Em outubro de 2014, Dilma com uma margem mínima de votos foi reeleita com o argumento de que não iria aplicar políticas neoliberais, mas logo depois cometeu um enorme estelionato eleitoral tirando direitos e cortando investimentos sociais. Quando veio o impeachment, que contou com mobilizações de massas que chegaram a mobilizar milhões de pessoas e com uma aliança reacionária capitaneada pelo vice-presidente Michel Temer, Dilma, Lula e o PT não fizeram nenhum gesto para recuperar a confiança dos trabalhadores. Pelo contrário, apostaram na conciliação com a burguesia até o final. O resto da história todos conhecem: Dilma é impichada em 2016; Temer aprova a reforma Trabalhista e o Teto dos Gastos em 2017; tivemos a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro em 2018.

Quem afinal botou o “ovo da serpente” do neofascismo? Houve uma ofensiva reacionária da burguesia com apoio do imperialismo para depor Dilma porque na avaliação deles o seu governo não seria capaz de aplicar das contrarreformas. Mas a questão é que para não romper com a burguesia, Dilma, Lula e direções burocráticas, ao invés de se apoiar nos processos de luta e apresentar políticas voltadas aos interesses dos trabalhadores, como bons governantes de conciliação, apostaram até o final no pacto com a burguesia.

Assim, para não romper definitivamente com a classe dominante, porque queriam voltar ao governo para governar as mesmas instituições que os expulsaram, passivamente aceitaram a ofensiva reacionária, o que contribuiu decisivamente para deixar o caminho livre para a eleição de Bolsonaro. Responsabilizar unicamente o lulismo pelo ovo da serpente seria uma estúpida unilateralidade que desarma para a luta contra a burguesia e a extrema direita, porém tirar da equação a responsabilidade que a política de

conciliação de classes destes dirigentes teve em todo esse processo, como fazem muitas correntes, também é uma unilateralidade que, simetricamente, desarma para o enfrentamento aos ataques vindos do atual governo. [5]

Novos Junhos, pleno virão

Estamos em um cenário de derrota eleitoral do neofascismo que mudou apenas parcialmente a desfavorável correlação de forças que vivemos nos últimos anos. E no seu lugar temos novamente um governo de conciliação de classes com intenções normalizadoras do mesmo regime político burguês que já acumula ao menos duas contrarreformas. À frente desse governo segue a mesma corrente política que não apenas rivalizou, reprimiu e contribuiu para derrotar Junho para manter o seu bloco com a classe dominante, mas que continua a se colocar contra qualquer ação política de massas que venha de baixo ou que não esteja submetida à sua estreita linha de conciliação de classes. Assim, sabemos de que lado ficará Lula e o PT diante de qualquer processo de

mobilização que ameace a estabilidade do governo de conciliação ou do regime político que vai continuar a não dar conta das necessidades das massas.

Ao contrário de Lula e seus seguidores, defendemos Junho. Esse evento recoloca sobre a mesa duas grandes lições históricas: a potência que tem o movimento de massas, a juventude e os trabalhadores quando se organizam e lutam, e a necessidade de superar a conciliação de classes. O que não pode deixar de nos inspirar para realizar o combate para derrotar definitivamente o neofascismo, por um lado, e os ataques das contrarreformas de Lula, por outro.

Estamos em um momento em que existe ainda muita ilusão nesse governo, o que coloca a necessidade de combinar táticas de exigência e denúncia ao governo e à burocracia a partir da mobilização direta; unidade de ação para enfrentar os ataques de Lula e o neofascismo; frentes para lutar pela base; e frentes políticas para superar a falência política do PSOL. Por Novos Junhos que contem com a participação organizada da classe trabalhadora,

da juventude e dos oprimidos e com direções revolucionárias à altura das necessidades políticas e organização do movimento.

Notas

[1] Veja em <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/06/09/a-jornada-do-abismo/>

[2] Veja também em [https://curtlink.com/Lr\]Csa7](https://curtlink.com/Lr]Csa7)

[3] Sobre o papel da crise urbana para a eclosão de Junho de 2013, veja o livro de Roberto Andrés, *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. Zahar. 2023.

[4] Veja o texto de Marcos Nobre, *Como junho levou a culpa pelos desastres do país* em <https://curtlink.com/xv6AKyS>. Apesar de certo politicismo, o autor faz importantes apontamentos sobre o caráter dessa onda de protestos.

[5] Veja um exemplo dessa operação, que invariavelmente tenta camuflar o papel traidor da burocracia lulista, na elaboração da Resistência em <https://esquerdaonline.com.br/2023/06/14/junho-dez-anos-depois/>

2013: GIGANTESCO APRENDIZADO

2013...Período intenso e vivido, pela esquerda, com muita esperança, tensão e alegria. Um aprendizado gigantesco. E, agora, mesmo passados 10 anos, as análises são muito diferentes. Vivenciei manifestações potentes, como, as de 1968, a luta da anistia, as diretas já, as eleições presidenciais de 1989. Mas, nada se compara a 2013. Tudo era novo e grandioso.

Estive presente desde a primeira manifestação em BH. No início, éramos milhares depois, dezenas de milhares depois, centenas de milhares. O que aconteceu em BH, se reproduziu por todas as grandes cidades do Brasil.

Quem dirigia? Ninguém e todo mundo. O protagonismo era de milhares de pessoas, de dezenas de movimentos que em meio à manifestação, em assembleia, decidiam como continuar.

E a composição? A população pobre, ligada aos movimentos por terra, teto e trabalho, sempre esteve presente nas manifestações, junto com suas organizações. Então, era diferente, com a presença massiva da juventude negra, pobre, periférica.

E as palavras de ordem? Faixas maiores diziam “Não é só por 20 centavos” ou, “Tarifa Zero” tais, a faísca para desencadear as lutas por direito à cidade. Centenas de cartazes, levados pelos manifestantes, mostravam a enorme diversidade das lutas, algumas já organizadas e, outras não, explodiam coletivamente. Cartazes, como, “saúde e educação padrão Fifa”, “Água e energia”, “asfalto”, denúncia da carestia e violência policial. Dezenas de

Dirlene Marques - Profª da UFMG, aposentada, feminista e militante dos movimentos sociais

categorias pedindo melhoria salarial, manifestantes denunciando as opressões de gênero, raça, classe, Lgbt e cartazes contra a corrupção.

A imprensa desorientada, procurando lideranças para falar pelo movimento. Lideranças antigas, reconhecidas pela imprensa, já não davam conta da grandiosidade do momento.

Como analisar essa efervescência, 10 anos depois?

Fico estarecida quando vejo a “esquerda” institucional dizer que foram mobilizações articuladas pela direita, para desestabilizar e derrubar um governo do PT que, na sua perspectiva, estava indo muito bem. Ou, mesmo, que eram financiadas pelos EUA (sic).

Como militante social, sou pessimista na análise e otimista na ação. E, faço a análise do lado do povo explorado e oprimido deste país.

O reajuste das passagens foi a



fáscia para desencadear o levante popular, na luta pelo direito à cidade. Desta vez, fazendo emergir todas as insatisfações presentes na sociedade, avançando na denúncia da inutilidade do regime de representação política, que nem tocava nas questões da superexploração do povo.

O movimento desnudou a aparente estabilidade da política de conciliação de classes dos governos petistas. Os cartazes diversos, espalhados na multidão dos manifestantes, vão expressar as lutas já existentes, e as novas, que vão ter visibilidade. Vivenciávamos um levante popular que, no Brasil inteiro, levou milhões de pessoas para as ruas, colocando na pauta política centenas de direitos não atendidos. E o Estado social-liberal conservador, por seu turno, questionado pela luta popular.

Não foi um levante da direita. Foi a explosão da insatisfação quanto a um projeto de conciliação de classes, que partia do pressuposto de que atender ao capital e às manifestações mais agudas da miséria absoluta, resolveria o problema do povo, numa sociedade de superexploração, como é a brasileira. A política desenvolvimentista, com as grandes obras e o agronegócio, atende a necessidade do capital, gera milhares de empregos de baixos salários, trazendo enormes contradições, já manifestadas nos diversos territórios.

Para a esquerda institucional era impossível perceber todas estas insatisfações. Na aparência, o

governo vinha bem – reconhecido internacionalmente, recebendo grandes eventos internacionais (pan americanos, copa do mundo, olimpíadas, Jornada da Juventude) e com políticas focalizadas retirando milhões de pessoas da miséria absoluta. Havia crescimento econômico que possibilitava melhoria nos indicadores sociais.

Dessa forma, não se conseguia enxergar as contradições insuperáveis deste projeto: a destruição ambiental provocada pela produção das commodities, a perda de direitos que as políticas compensatórias não dão conta de reparar, a repressão desencadeada para manter o apaziguamento social. Desse modo, acreditava-se que a crise do capital era ‘marolinha’ e que as contradições se resolveriam; contradições que, nas grandes cidades, coração do capitalismo, tornam-se insuportáveis.

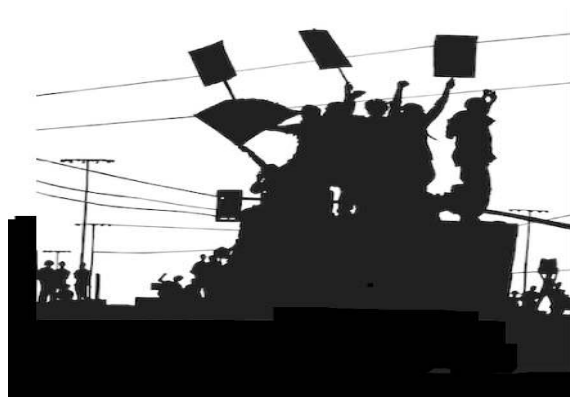
Nessa incompreensão, a resposta institucional seria uma intensa repressão, com uso de força e equipamentos “nunca antes” usados contra uma manifestação popular. De outro lado, a cooptação e coerção, com a geração preventiva de novas leis, como a lei antiterrorismo, que só serve para o movimento social.

Do lado do movimento, ficou a sua capacidade de mobilização, sua força, a construção de novas

formas de organização, com vitórias importantes, mas localizadas e pontuais. E, que não tiveram continuidade pois, com o recuo do movimento, o Estado capitalista avança e retoma seu espaço de lucratividade.

Como diz Mauro Iasi, a sobrevida de Dilma seria conseguida com o apaziguamento (repressão, coerção e cooptação) da sociedade. As manifestações foram derrotadas no sentido histórico, pois questiona-se o Estado Burguês, mas não se consegue derrotá-lo. E, uma vez que não existe vazão na política, esse espaço vai ser momentaneamente ocupado pela extrema direita, que já se organizava. Assim, o movimento de 2013 não consegue sair fortalecido para enfrentar essa extrema direita, que se organiza e ocupa momentaneamente os espaços das ruas e o institucional, nem o projeto de conciliação de classes, que retorna novamente, com o terceiro mandato para Lula.

O Legado de 2013 não será esquecido.



Coordenação Nacional da Resistência-PSOL

JUNHO, DEZ ANOS DEPOIS

Há dez anos, protestos pela redução da tarifa do transporte desencadeavam uma das maiores ondas de mobilização popular da história do Brasil. Milhões de pessoas foram às ruas no mês de junho de 2013, mudando completamente o panorama político do país.

De lá para cá, esse acontecimento grandioso foi venerado por uns e insultado por outros. Levou a glória por conquistas e também a culpa por desastres. O que fato aconteceu em Junho?

Não se deve confundir o desfecho com o princípio de um

processo. Porque nem sempre o destino está traçado no começo do caminho. Junho de 2013 abriu um campo de possibilidades. A luta de classes, explodindo, intensificou-se bruscamente a partir dali. O resultado não estava dado por antecipação.

Momentos de Junho

Os protestos liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e outras articulações nas cidades constituíram o momento inicial do processo. Foram indiscutivelmente progressivos. A bandeira central era a luta contra o aumento das tarifas do transporte.

Deve-se notar que o movimento

no Brasil conectava-se à dinâmica mundial de protestos, como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados na Espanha.

Importa mencionar também as particularidades do movimento em cada região do país. Houve capitais em que o movimento começou antes de junho e era dirigido por setores de esquerda. Por outro lado, em outras cidades, as manifestações começaram só depois da nacionalização do processo e já contaram, desde o início, com presença significativa de setores da direita.

A brutal repressão da PM no ato de

São Paulo, em 13 de junho, chocou o país. A enorme indignação provocada pelas cenas da barbárie policial levou centenas de milhares de pessoas às ruas em todo país poucos dias depois, em 17 de junho. O movimento ganhara então outra dimensão política e escala social.

Diante das novas circunstâncias, a grande mídia, que até então combatia os protestos e clamava por repressão enérgica, mudou radicalmente de linha. A direita passou a disputar com muita força o processo por dentro, reivindicando-o para mudar o seu sentido político. As forças reacionárias atuaram para colocar a pauta da corrupção no centro da agenda. Grupos de direita e extrema direita à paisana insuflavam o sentimento antipartido prevalecente nos atos para acuar as organizações de esquerda nas ruas. Setores de classe média se integraram às manifestações abraçando a pauta propagada pela imprensa corporativa.

Nesse segundo momento, em que milhões de pessoas entraram em ação, o movimento multitudinário, sem direção definida, foi marcado pelo embaralhamento social e político. Grupos e setores de diferentes classes, programas e ideologias compartilharam o mesmo espaço de manifestação. Mas não de modo harmônico. E, sim, em feroz luta política pelos rumos do processo.

Entre 2012 e 2014, o Brasil assistiu ao auge do número de greves de trabalhadores desde os anos oitenta. A emergência do movimento feminista e LGBTI, que vinha de antes, também se fez sentir, assim como o crescimento dos coletivos

negros. Os movimentos por moradia, destacadamente o MTST, cresceram rapidamente com a multiplicação das ocupações urbanas nesse período.

Mas os inimigos não estavam distraídos, ao contrário. As forças reacionárias seguiram atuantes nos períodos subsequentes aos grandes atos. Amplas parcelas da classe média foram ganhas para a oposição de direita ao governo Dilma. O início da operação Lava Jato, em 2014, acelerou esse deslocamento reacionário.

Muita água rolaria até o golpe parlamentar contra Dilma em 2016 e a ascensão do bolsonarismo em 2018. É preciso compreender porque perdemos.

Lição de Junho

As lutas sociais explodiram em 2013 porque amplos setores de massas queriam mais. O desemprego havia diminuído de forma significativa, contudo, os salários eram baixos. A miséria tinha recuado com políticas sociais de impacto, como o Bolsa Família, mas a saúde e a educação públicas sofriam com condições estruturais precárias.

Os trabalhadores consumiam mais produtos, porém, tinham dificuldades com os aluguéis cada vez mais caros das moradias. A juventude periférica e negra passou, pela primeira vez, a acessar o ensino superior em maior número, mas o preço da tarifa para se locomover nas cidade era demasiado caro.

Os governos do PT lograram promover crescimento econômico com diminuição da pobreza. Mas as desigualdades sociais ainda eram enormes. Havia muitas injustiças.

E esses problemas não podiam ser resolvidos por meio da governabilidade conservadora pactuada com as classes dominantes que vigorava no país.

Era preciso ir além do reformismo de baixa intensidade. Para tanto, o confronto com as elites econômicas e a direita política se colocava como indispensável para entregar ao povo mudanças substanciais. Isso pelo simples motivo de que a grande burguesia brasileira não admite mudança no padrão obscuro das desigualdades brasileiras.

Sem confrontar a classe dominante, derrotando-a, não haverá mudanças estruturais no Brasil. E essa grande burguesia, reacionária até a medula, não hesita, quando lhe é conveniente, em aderir ao golpismo, em patrocinar a extrema direita e avançar na destruição de direitos e conquistas do povo trabalhador.

O sentido progressivo das lutas de 2013 foi incontestavelmente derrotado nos anos seguintes. A lição política principal que fica é: na luta de classes, quando não se avança contra o inimigo no momento oportuno, é ele que avançará sobre a classe trabalhadora e os oprimidos, implacavelmente.



"JORNADAS DE JUNHO" DE 2013

Quando falamos de JUNHO estamos falando de uma convulsão social e não apenas de uma série de manifestações. A relativa bonança da época no governo Lula foi se desidratando. Essa bomba estourou no segundo governo de Dilma, que já desgastada, aplicou ajustes cada vez mais violentos à classe trabalhadora e aumentou a repressão das lutas e greves.

Com a crise apertando o governo aumentou as tarifas de ônibus (trem e metrô) de R\$3,00 para R\$3,20 em São Paulo. As manifestações contra aumento das passagens vinham acontecendo em anos anteriores, mas em 2013 o clima social esquentava. Houve manifestações no sul do país. Em São Paulo eram lideradas pelo Movimento Passe Livre que além de jovens, contava

Manuel Iraola - DN Revolução Socialista/
LIS (www.revolucao-socialista.com)

com a participação e apoio de vários sindicatos e movimentos. Na primeira semana participaram 2 mil pessoas, na segunda 5 mil, e assim por diante, mas o estopim foi o dia em que a repressão foi brutal e repercutiu no país inteiro. Em 20 de junho veio o estouro. Um milhão de pessoas ocuparam a cidade de São Paulo, outro tanto no Rio de Janeiro, a rampa do Congresso foi tomada

em Brasília e a seguir aconteceram protestos em 388 cidades, com percentuais altíssimos de participação popular.

O Protagonismo desse movimento foi uma nova vanguarda, a juventude em primeiro lugar, mas não apenas aquela conhecida juventude universitária e secundarista, era uma juventude da classe trabalhadora. Colocou o governo Dilma contra a parede, a juventude e setores populares se empoderaram ainda mais. Em síntese, podemos dizer que foi uma rebelião de massas, nacional, com dinâmica anticapitalista, com um caráter de classe muito ligado a classe trabalhadora, embora tivesse muitas pessoas da classe média tradicional. Foi um movimento relativamente espontâneo que não contou com uma direção nacional, que estava por fora do controle dos velhos partidos do regime e das velhas direções sindicais e populares. O movimento era heterogêneo, mas tinha um alto grau de rejeição aos partidos políticos.

As manifestações de 2013 ultrapassaram as bandeiras contra o aumento das passagens, isso foi expresso conscientemente pelas massas na consigna de: NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS. E era verdade, foi incorporado todo tipo de pautas, tanto como o número de cartazes feitos à mão e à caneta: 'Educação padrão FIFA', assim como as pautas feministas, antirracistas, contra a repressão, contra a corrupção, por saúde, trabalho, organizadas em uma espécie de colcha de retalhos que só era vista por conjunto nas fotos das

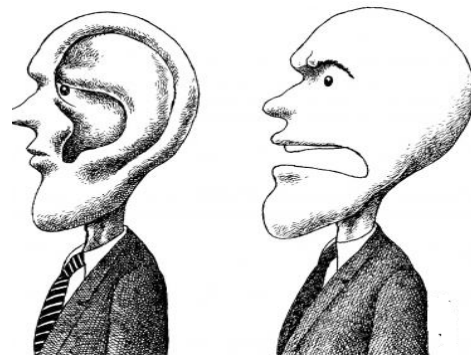
manifestações.

Após o triunfo de junho seus dirigentes foram entrevistados e declararam que sua tarefa como direção tinha terminado ali. Assim, foram incapazes de se postular como direção das lutas. A vanguarda jovem e trabalhadora ficou mais desorientada, continuou lutando, mas sem direção política nem organizativa, o que obviamente provoca confusão ideológica e desalento em muitos setores.

A Pauta de Reivindicações de Junho não foi assumida por nenhuma direção sindical ou política de massas, seja por incompreensão da realidade, seja por traição e acomodação com os governos de plantão. As lutas de 2014 mostraram a continuidade da rebelião popular de 2013. Uma segunda onda misturou manifestações setoriais ao movimento "Não vai ter Copa!" contra os abusivos gastos com o Mundial em detrimento dos gastos sociais. Nesse período prevaleceram fortes greves por aumento de salários e condições de trabalho no país inteiro.

A falta de uma direção sindical e política que unificasse e centralizasse as lutas, fez outra vez perder a oportunidade da classe trabalhadora tomar em suas mãos o rumo do país. Nenhuma central sindical e nenhum partido de esquerda com peso de massas se propôs a unificar a luta para que a bandeiras de Junho de 2013, um verdadeiro programa de reivindicações construído de baixo para cima, fosse levado a cabo.

A luta direta da classe



trabalhadora e dos setores populares é essencial, só por isso as Jornadas de Junho de 2013 já seriam muito importantes, porque demonstraram o poder da nossa classe em movimento. A "Agenda de Junho", aquelas necessidades que as massas levantaram nos cartazes não foram atendidas por governo nenhum, nem por Dilma, nem por Bolsonaro nem por Lula/Alekmin, motivo pelo qual novos Junhos virão.

A falência da velha direção da classe trabalhadora e do fracasso dos que se postularam nesta última década mostra que precisamos de uma nova direção de massas: uma direção revolucionária, classista, anticapitalista, internacionalista, profundamente democrática, que se proponha organizar e centralizar a luta direta da classe trabalhadora, da juventude e do povo pobre Contra a exploração e opressão capitalista-imperialista. Usemos o aprendizado desses 10 anos de lutas, avanços e retrocessos, para dar esse novo salto, unindo os setores combativos e revolucionários nessa difícil, mas não impossível tarefa.

O LEGADO DA REVOLTA POPULAR DE JUNHO DE 2013

Retirar as Jornadas do contexto das mobilizações em nível internacional na época é algo inaceitável para qualquer marxista. Das greves gerais por toda Europa às revoluções que derrubaram ditadores no Norte da África, Junho de 2013 é parte desse contexto global de mobilizações progressivas.

Crise econômica e precarização

do trabalho: dois importantes elementos do contexto pré-junho: O endividamento das famílias e a precarização das relações de trabalho explodia. Entre 2003 e 2013, o número de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados passou de 4 milhões para 12,7 milhões. Em 2013, tivemos 2050 greves (maior número desde a década de 80).

O conteúdo progressivo das reivindicações nas ruas: Três ideias percorreram as ruas: redução das tarifas, mais investimentos públicos e crítica à corrupção e votações contra o povo: pautas pelas quais seguimos lutando até os dias atuais. E isso se mesclava com o repúdio ao fundamentalista Feliciano na Comissão de Direitos Humanos,

CST – Corrente Socialista de Trabalhadoras e Trabalhadores

frutos das negociatas petistas.

A violência policial foi também uma marca de junho de 2013. PT e PSDB estavam unidos com a imprensa burguesa para defender o sufocamento dos protestos pela via da repressão. Na semana seguinte, milhões de pessoas tomaram as ruas do país.

A direita e a mídia burguesa disputaram o processo no seu final

Para tentar “acalmar os ânimos”, os governos por todo país cancelam os aumentos das tarifas de transporte. Uma contundente vitória. As manifestações não paravam por aí.

A mídia burguesa brasileira passou a tentar influenciar os protestos para desviar o foco antirregime das manifestações e segurar qualquer reivindicação que afetasse setores da burguesia.

O governo petista seguiu jogando nas costas da classe trabalhadora e dos setores médios a conta da crise. Como em política não existe vazio, a direita impulsionada pela mídia burguesa ganhou uma grande parcela dos setores médios.

As manifestações de junho abriram as portas para o impeachment de Dilma?

Para nós, a resposta é categórica: não. O impeachment de Dilma se deu por dois fatores: a perda de apoio

popular e a visão da burguesia que o PT não era mais capaz de aplicar um ajuste fiscal. Junho foi contra o regime político burguês como um todo, já a manobra parlamentar que votou o impeachment foi para preservá-lo e buscar estabilizar a crise política e econômica que até hoje atravessa o país. Foi Dilma, com seus cortes à Educação e áreas sociais, como a lei das terceirizações, MPs que restringiam o seguro-desemprego, auxílio-doença e desemprego recorde que levou a perda de sua base social e abriu as portas para o impeachment. E tudo isso com o apoio do Juiz Sergio Moro.

Esse cenário de queda do nível de vida explica o fato do ‘MBL’ e ‘Vem Pra Rua’ terem sido capazes de convocar manifestações massivas pelo impeachment em 2015 e 2016. É uma prova trágica do que falamos: os projetos de conciliação de classes geram confusões, retrocessos, desmobilização e organizam derrotas para nossa classe.

O Bolsonarismo é fruto de Junho de 2013?

Para os petistas, há uma relação de causa e efeito entre junho e o ascenso da extrema-direita. Para nós, se hoje o bolsonarismo é uma força política que polariza o país, parte importante de suas bases devem ser buscadas na histórica dos próprios governos petistas. Durante os 13 anos em que o PT governou, estabeleceu relações espúrias com o empresariado, escândalos de corrupção, abrindo um flanco real para a seletividade e manobras do Juiz Sergio Moro e a Operação Lava Jato. A pauta conservadora teve um solo fértil durante os governos petistas: as igrejas evangélicas deram um salto, foram incentivadas pelo governo, sendo que em 2006 e 2010 Edir Macedo apoiou as campanhas eleitorais do PT. O que explica ter sido possível que o bolsonarismo tenha tomado relevância nacional é a ruptura de massas com o governo Dilma, que foi consequência dos seus ataques e do modus operandi de fazer política com os métodos burgueses. Atribuímos também o fortalecimento

do bolsonarismo à ausência de uma alternativa política pela esquerda que canalizasse o descontentamento popular. Nesse sentido, nosso antigo partido, o PSOL, cumpriu um papel lamentável.

Por que o PT buscou deslegitimar as jornadas de junho?

Essa mentira cria uma narrativa de que se opor aos seus ataques e governos necessariamente fortalece a extrema-direita. E hoje mesmo o próprio governo da frente ampla nada faz para prender Bolsonaro, Michele, Heleno e ex-ministros. Trata-se de uma política preventiva contra o descontentamento, já que hoje, com o arcabouço fiscal e o marco temporal, por exemplo, só a luta nas ruas pode fazer frente aos ataques.

Por que a esquerda deve reivindicar o legado de junho?

Junho e a derrota do aumento da tarifa são uma expressão do que é possível ser feito quando o movimento de massas se coloca, de forma autônoma em relação aos governos e patrões.

No entanto, um olhar crítico sobre os limites de junho: sem um programa de fundo que imponha a taxação das grandes fortunas, o não pagamento da dívida pública aos banqueiros, sem um enfrentamento direto que leve a uma ruptura com o capitalismo, de um governo dos trabalhadores sem os patrões, o que for conquistado pode retroceder.

Por tudo isso, entendemos que reivindicar o legado de Junho passa por seguirmos a luta contra a extrema direita, exigindo a prisão de Bolsonaro. Exigindo a revogação das reformas da previdência, trabalhista e do Novo Ensino Médio.

É para romper com esse sistema e dar uma solução de fundo para a nossa classe que construímos a CST, uma organização revolucionária, batalhamos por um novo Junho, por uma nova rebelião da juventude e dos trabalhadores, pelo desenvolvimento da luta de classes.



JUNHO/2013 – PONTO ALTO DO ASCENSO DAS LUTAS DOS DE BAIXO: ESTRUTURA, LIMITES E DINÂMICA

Júlio Santos

Há uma profusão de discussões sobre junho de 2013: artigos, vídeos, documentários, entrevistas, livros, palestras, debates. Isso não é à toa, afinal trata-se de um processo de luta sem igual no país e com um furor e um alcance que causou fissuras em todos os poros da sociedade burguesa brasileira. Depois daquele junho, para o bem ou para o mal, tudo mudou no Brasil. Portanto, repito, não é à toa que os diversos atores políticos procurem explicar o que se passou de acordo com o seu modo de ver, com sua localização social e com o seu projeto político. Quase tudo já foi dito com maior ou menor reverberação a depender do alcance do sujeito político que diz.

Por isso, já de cara, gostaria de me colocar no campo analítico daqueles que defendem o caráter essencialmente progressivo das jornadas que abriram aquele inverno brasileiro e indicar que o ambiente econômico, social e político que a geraram ainda está aí, podendo ser palco para acontecimentos semelhantes muito mais radicalizados, organizados e programaticamente mais definidos, incorporando a experiência daquele junho e de tantos outros que ocorreram mundo afora depois (a exemplo, principalmente, dos Coletes Amarelos na França e da primavera chilena de 2019).

Gostaria de sublinhar também que me valerei, nessa discussão, do ferramental teórico, analítico e metodológico herdado do marxismo revolucionário.

Junho de 2013 não foi um acontecimento isolado. Do ponto de vista social, é parte resultante e, ao mesmo tempo, fomentadora de um processo de lutas da mesma natureza que ocorria no Brasil (2013 era então o ano com o maior número de greves desde o fim ditadura) e no mundo e, só a partir dessa noção de totalidade, poderemos nos aproximar de um entendimento da sua magnitude e da sua dinâmica.

Do ponto de vista econômico, valendo-me de uma terminologia do pensador marxista húngaro, István

Mészáros, junho é resultante direto da crise estrutural do capitalismo, cuja expressão aparente mais aguda em nosso século foi a crise das subprimes ⁽¹⁾ no ano de 2008.

Não é necessário que se tenha lido o Livro 1 de O Capital e conhecer a fundo a Teoria do Valor em Marx para se perceber que o capitalista empreendedor não controla os custos dos insumos e das matérias primas que são fornecidos por outros capitalistas para entrarem no processo de produção da sua mercadoria. Assim, para aumentar seu lucro de forma a gerar excedente para reinvestir só lhe resta mexer (reduzir absoluta ou relativamente) no custo da força de trabalho que compra, ou seja, nos salários dos trabalhadores que contrata.

Aomesmotempo, o Estado precisa reduzir seus custos (pessoal, salários e direitos) para formar reservas maiores do fundo público destinadas a salvar o capital das debacles sucessivas (crise das subprimes, falência de bancos e conglomerados financeiros, corrupção generalizada, não atratividade de investimentos, etc) pela via do auxílio direto ou pela remuneração do capital via mecanismos de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos (pagamento de juros da dívida, pesados tributos sobre o consumo, manobras inflacionárias, etc).

Porém, mesmo a redução do custo da mão de obra tem limites de várias naturezas, sendo o mais importante o limite imposto pelo grau de luta e organização dos trabalhadores. Mas há limites legais que perduram por muito tempo (salário mínimo, pisos salariais corporativos), há limites resultantes de ciclos sazonais de oferta e procura de mercadorias, etc.

O desenvolvimento tecnológico, parcial e momentaneamente, ajudou a

resolver esse problema com o aumento vertiginoso da produtividade ocorrido da década de 70 do século passado para cá. No entanto, o aumento da produtividade representou um aumento também vertiginoso da exploração, reduzindo o custo social da força de trabalho e, conseqüentemente, gerando um excedente muito maior que não retornava para a produção real de bens e serviços, não criando postos de trabalho suficientes para absorver a mão de obra jovem que entrava no mercado e jogando para o desemprego estrutural centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo que passaram a viver de programas sociais aviltantes fornecidos pelo Estado, da solidariedade da família ou de vários movimentos comunitários, religiosos e coletivos, ou do subemprego precarizado e dos trabalhos por conta própria – também subempregos que os deixam expostos à própria sorte (Uber, App, etc).

Do ponto de vista social, esse fenômeno mundial de aumento da exploração gerou um nivelamento por baixo de salários e direitos que significou uma dinâmica de pauperização absoluta e relativa generalizada do proletariado e de camadas médias da sociedade ⁽²⁾ ao mesmo tempo em que criou um exército de desempregados estruturais, excluídos permanentemente de qualquer possibilidade de retornarem ao mercado formal de trabalho. ⁽³⁾

O processo de exclusão social e pauperização absoluta e relativa, veio acompanhado da deterioração da vida nos grandes centros urbanos de todo o mundo.

É falso e anacrônico, portanto, o argumento usado pelo setor majoritário da esquerda institucional (PT) de que a situação no Brasil e de seu povo estava muito bem quando eclodiram as jornadas ⁽⁴⁾ de junho. Mesmo as condições minimamente melhoradas de parcela significativa dos mais pobres, que saíram da miséria (absoluta e relativa) para uma situação de pobreza nos dois primeiros



mandatos de Lula, já estavam em processo de deterioração nas grandes cidades, onde ocorreu o epicentro das explosões de junho. Por exemplo, a tarifa média dos ônibus subiu 70% acima da inflação entre 2003 e 2012 ⁽⁵⁾ na cidade de São Paulo e o preço dos imóveis, entre 2010 e 2014 subiram mais de 300%⁽⁶⁾, o que foi acompanhado de perto pelo preço dos aluguéis, expulsando, ou colocando em vias de serem expulsos, contingentes imensos da classe média para as áreas de periferia, no fenômeno conhecido como gentrificação.

Esse, em grossas linhas, é o ambiente econômico sobre o qual, do início dos anos dez deste século para cá, se gestaram centenas de lutas e rebeliões sociais espontâneas ao redor do mundo, convocado geralmente pelas mídias sociais e de característica semi-insurrecional (ou seja, explosões sem direção reconhecida das velhas estruturas políticas e sindicais), que partiram geralmente de pautas mínimas e urbanas (aumento de passagens, preço de combustível, defesa de parques, modo de usar o véu, etc) e unificavam o descontentamento e a ira social multitudinários para, invariavelmente, terminar questionando os regimes políticos cujas instituições são as responsáveis pela manutenção da ordem de espoliação, de exploração, de miséria, de desemprego, de condições de vida indignas e ausência generalizada de perspectivas.

Para citar apenas alguns desses movimentos: Tunísia, iniciando a primavera árabe em 2010; Egito, Líbia, Iêmen, Síria, Occupy Wall Street nos EUA, Movimento dos Indignados na Espanha em 2011; Turquia e Brasil em 2013; Ucrânia em 2014; Coletes Amarelos na França em 2018; Colômbia em 2021; Israel em 2022 na revolta do véu; Chile em 2019; Cazaquistão em 2022.

Mesmo com toda essa disposição de luta e com uma admirável energia revolucionária, esses movimentos não conseguiram forjar uma organização e um programa que permitissem com que dessem um salto rumo a um processo de ruptura com as formas de dominação do capitalismo e abrir uma dinâmica de transição rumo à ruptura com o próprio modelo de exploração

e opressão do capitalismo. Mesmo onde o proletariado organizado enquanto classe tenha participado, como no Chile de 2019, ou tenha dado a dinâmica já no início do processo, como na Colômbia de 2021, com o seu método próprio de luta – a greve geral –, o movimento esbarrou no limite da ausência de uma vanguarda organizada de lutadores revolucionários conscientes, inseridos na base do movimento, que possibilitasse a disputa do rumo da luta que, invariavelmente, foi desviado, com pautas rebaixadas aos limites da não ruptura da ordem estabelecida, para “negociações” que paralisavam as ações das massas ou para os processos eleitorais da democracia representativa burguesa com todos os seus anteparos e distorções (Brasil, Chile, Colômbia, etc). Dessa forma, a dinâmica revolucionária dessas rebeliões era sufocada geralmente com derrotas momentâneas que eram vergonhosamente creditadas ao próprio movimento.

As jornadas de junho de 2013, portanto, na trilha das jornadas coirmãs que ocorreram mundo afora, mostraram o limite da ausência de um programa e de uma vanguarda que conscientemente abraçasse a bandeira da ruptura com o regime e avançasse na transição para um programa de ruptura com o sistema capitalista; mostraram também a falta de serventia, para o avanço do movimento, das direções hoje existentes nos aparatos sindicais e políticos, como a “esquerda institucional”, contra a qual e apesar da qual as jornadas de junho se constituíram; mostraram também que, lamentavelmente, no campo da esquerda revolucionária ainda não amadureceu uma alternativa à altura de suas necessidades e que entenda que acima das disputas pequenas por palavras de ordem, bandeiras e microfones, está a necessidade inadiável de se estar colado ao dia-a-dia dos de baixo, construindo junto e unitariamente o programa e as lutas – única condição para ganhar a confiança necessária para, em momentos decisivos, fazer a disputa estratégica pelos rumos da revolução; e, o mais importante, mostrando que a trapaça e as arapucas armadas pela



esquerda institucional e pela direita, que soube aproveitar o vazio político, não conseguiram matar a energia revolucionária trazida pelo movimento e que, mais dia, menos dia, junho voltará.

Dois polêmicas necessárias

Há duas posições na “esquerda” que precisam ser rechaçadas com o devido rigor analítico e metodológico, pois só servem para jogar confusão sobre o passado e com isso não iluminar o futuro.

Por motivo de espaço, não poderei dar-lhes aqui o devido tratamento, limitando-me a enunciá-las e apontar suas principais contradições. Aqueles que desejarem ver a discussão completa podem acessar o site: www.emancipacaosocialista.org

UMA DELAS tem crescente influência na esquerda institucional e em sua base de apoio e por isso é mais nefasta, devendo ser tratada por primeiro, portanto. Essa posição, oposta pelo vértice a que apresentei acima, diz que junho de 2013 foi um fenômeno regressivo, um movimento articulado e manipulado pelo imperialismo americano contra a então presidenta Dilma Roussef, valendo-se de práticas ultraconspirativas do deep state na deep web com instrumentos da chamada “guerra híbrida” para ajudar a fabricação das chamadas “revoluções coloridas” – movimentos de massa financiados e dirigidos por setores pró-americanos que buscam desestabilizar governos pertencentes (de acordo com essa corrente) a um campo progressista.

Nessa análise o movimento de junho de 2013, contra o ordenamento político, social, econômico e cultural, vigente no Brasil desde o fim da ditadura militar, seria o responsável pela Lava-Jato, pelo impeachment (golpe) de Dilma, pela prisão de Lula e pela ascensão da extrema direita

que culminou com a eleição de Bolsonaro. Aqui terminaria a história. A posterior anulação da sentença de Lula, os dissensos do STF e do TSE com Bolsonaro, a constituição da Frente Ampla e a nova eleição de Lula, não se explica em que cenário macroconjuntural estariam. A guerra híbrida teria sido derrotada? A guerra híbrida mudou de lado e passou a ser contra Bolsonaro? O imperialismo vacilou e deixou passar a volta de Lula sem fazer a guerra híbrida?

Por que a extrema direita cresceu no Brasil? O que explica verdadeiramente o deslocamento de setores massivos da população brasileira, incluindo amplos setores do proletariado, para a extrema direita? Por que o conceito de guerra híbrida além de inútil é politicamente desastroso?

A SEGUNDA posição, aparentemente mais moderada e centrada, aparece em textos e entrevistas de setores da esquerda do PSOL e difusamente em outras organizações da esquerda revolucionária. Diz que as jornadas de junho de 2013 começaram como um movimento progressivo, mas, com sua massificação, abriu-se uma disputa no interior do movimento entre os setores progressistas e a extrema direita e, por fim, pela inépcia do governo da presidenta Dilma e pela falta de outras alternativas à esquerda que, por surpresa, despreparo ou medo, se colocassem nessa disputa, o movimento acabou derrotado e abriu caminho para o ressurgimento da extrema direita com expressão política de massas.

A primeira questão a ser desvelada é que as jornadas de junho não foram um embate entre forças progressivas e extrema direita. O que esteve em disputa, consciente e inconscientemente, foi, por um lado, a luta entre um movimento pela quebra do regime da Nova República e do pacto social conciliatório que saiu do colégio eleitoral e se consolidou em torno da Constituição de 1988, e que era responsável pelos vários descontentamentos presentes nas ruas e, por outro os defensores da ordem, do status quo e do escoamento do descontentamento para o processo eleitoral de 2014, dentre os quais estava o PT.

Por que junho de 2013 foi e não foi uma derrota? Qual o fator dinâmico? Quem saiu derrotado então? Os de baixo não pararam de lutar! E o PT, como saiu de 2013? O que significou a eleição de Dilma em 2014?

Conclusão

Hoje, o PT no governo de hiperalianças tenta reeditar o Pacto Social e uma governabilidade assentada nas mesmas bases da Nova República. A análise metodológica que apresentei acima e que me alinha, em essência, a setores minoritários da esquerda, indica que essa condução do governo aponta para um trágico desfecho. Os últimos acontecimentos que colocam cada vez mais o governo nas mãos das forças fisiológicas do parlamento para aprovar medidas que buscam dar um ordenamento ao Estado burguês (Novo Arcabouço Fiscal, Reforma Tributária) às custas de uma maior penalização das classes médias e trabalhadoras do Brasil, prepara novas e mais aprofundadas contradições.

A possibilidade real de novos junhos é grande. A experiência e lições tiradas de 2013 e dos vários levantes ao redor do mundo alenta a possibilidade de, no processo de novas explosões, surgir uma nova geração de lutadores com uma visão mais programática e organizativa no sentido da ruptura do regime e da construção de uma alternativa que, na dinâmica da crise, pode apontar para uma saída revolucionária e anticapitalista – mas isso não será espontâneo.

Por outro lado, também temos uma extrema direita, mais organizada e com peso de massas, que não teme dizer seu nome e que se mantém com uma postura de oposição sistemática e, fruto da política capituladora do PT e de Lula à frente amplíssima, com seus quadros, seu modus operandi, suas redes sociais e seus canais de propaganda praticamente intactos. Isso coloca um sinal de alerta no horizonte.

Ou os lutadores independentes, a esquerda revolucionária (independentemente de quem é mais revolucionário), os movimentos e coletivos classistas e anticapitalistas se unem desde já na construção de uma alternativa visível e ao mesmo tempo solidamente implantada nas

estruturas sociais (fábricas, empresas, comunidades, escolas, favelas e regiões de periferia, assentamentos e zonas de conflito rurais) que nos permitam aparecer como um exército revolucionário capaz de conduzir às conquistas as aspirações do movimento e possibilitar que a nova vanguarda de lutadores dê um salto político-organizativo na consciência em direção à revolução sistêmica anticapitalista, ou podemos, aí sim, conhecer o que é derrota e ter sérios problemas com o fascismo.

Notas:

(1) Empréstimos concedidos a pessoas com alto risco de crédito e que explodiu em 2008 quando houve uma inadimplência generalizada devido ao aumento dos juros americanos.

(2) De acordo com Ruy Braga, 93% dos novos empregos criados no Brasil entre 2003 e 2013 tinham remuneração de apenas até um salário mínimo e meio – citado por Vladimir Safatle no artigo “O dia em que o Brasil parou por 10 anos”, página 104, publicado em junho de 2013 - A Rebelião Fantasma (Boitempo).

(3) Artigo publicado na Revista da ABET, v. 14, n. 1, janeiro a junho de 2015 por Emanuelle Alícia Santos Vasconcelos e Ivan Targino, sob o título A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: 1993-2013, dá conta de que, em 2013, “49% das ocupações estavam concentradas no segmento informal” (pag. 141).

(4) Veja a Revista Focus, da Fundação Perseu Abramo, edição de 09/06/2023 – A Jornada do Abismo.

(5) Conforme comparação entre o histórico das tarifas no estado de São Paulo, encontrado no site da SPTrans (<https://www.sptrans.com.br/tarifas>) e o a inflação acumulada pelo IPCA de 12/2013 (primeiro aumento da tarifa após 2001) e 02/2013 (aumento da tarifa de R\$3,00 para R\$3,20).

(6) Portal G1, Cristiane Cardoso, 26/03/2014 (09h:51) - <https://curtlink.com/zexled4>

Júlio Santos é Membro do Conselho Diretivo do Centro Cultural Octavio Brandão (CCOB). Participante das reuniões do Coletivo de Coletivos. As opiniões aqui manifestas são de exclusiva responsabilidade do autor